

Encontro a propósito do inquérito do Sínodo dos Bispos sobre a família

Algumas notas a partir da reflexão havida no dia 13 de dezembro de 2013
na qual participaram 43 pessoas

Contexto

A reflexão de que aqui se dá eco resulta de uma reunião tida no âmbito dos normais encontros promovidos mensalmente em Lisboa pelo Metanoia. Várias das ideias e testemunhos referidos são contraditórios entre si. Nenhum foi objeto de consensualização. Essa diversidade é uma constante na vida do Metanoia no qual não se procura impor um pensamento único ou propor um modelo singular de discipulado de Jesus. A vida é vária e larga e a riqueza dos incontáveis modos de vida em que reconhecemos a procura e a presença do Deus de Jesus Cristo tem-nos afastado de procurar um único modelo de dizer Deus de modo credível aos olhos dos nossos contemporâneos, levando-nos a procurar diferentes formas de o dizer.

Indo ao encontro da proposta da consulta preparatória do Sínodo de 2014 sobre os Desafios Pastorais da Família no Contexto da Evangelização, este texto reúne o sentir dos 43 cristãos presentes nesse encontro de 13 de dezembro de 2013,

Prólogo

Sabemos que a realidade familiar tem mudado muito – mesmo se nunca existiu uma época histórica com apenas um modelo de família; por exemplo, o modelo do casamento por amor entre duas pessoas é um modelo bem recente.

Há uma dificuldade notória entre aquilo que é o ideal de família que muitas vezes temos e a realidade que todos vivemos nos nossos quotidianos. Mas há uma outra dificuldade, no que à doutrina da Igreja diz respeito: a distância entre o que propõem os documentos e aquilo que dita a consciência dos crentes, ou é vivido por tantos deles.

O inquérito foi bastante maltratado em Portugal. Para permitir um trabalho sério e estimular uma maior participação merecia ser reorganizado. Solicitar a sociólogos que respondessem a algumas das perguntas e divulgar essas respostas; concentrar a atenção, reflexão e testemunho das comunidades de roda de algumas das perguntas-chave – teriam sido duas opções naturais se se pretendesse fomentar uma participação comunitária séria e vinculativa.

Sendo impossível responder a todo o inquérito escolhemos previamente 5 áreas de interrogações para o nosso debate. O que nelas se pode encaixar vai no capítulo **Questões**. Mas o diálogo de duas horas não se deixou limitar por aquelas questões e andou por muitos outros caminhos. Respiços dessa conversa vão nas **Notas prévias** que seguem.

Notas prévias

1. Terreno sensível

O terreno das relações amorosas – quando falamos de família é disso que estamos a falar, não? – é uma área de grande sensibilidade que convoca inúmeros e poderosos sentimentos. Temos de conseguir abordá-la com tranquilidade, cuidados e respeito por realidades diferentes. E partir da certeza de que temos experiências e opiniões diferentes sobre o que são, como devem ser, que valor têm essas relações, as famílias.

2. Começar por pedir perdão

A Igreja, a comunidade cristã, devia começar, ao refletir sobre o tema da família, por pedir perdão pelo sofrimento que causou em tantos e tantas ao longo dos tempos: aos homossexuais, aos divorciados, aos recasados, a todos os que não conseguiram (não conseguem) viver livremente a sua sexualidade e construir a relação amorosa que desejam por se sentirem coagidos pelas normas eclesiais neste domínio. Não apenas aos católicos, mas a todos os outros que se debateram (e se debatem hoje) com normas legais, morais, ou sociais inspiradas no ensinamento da Igreja neste campo.

Através da História a Igreja teve um comportamento iníquo, violento, blasfemo, hipócrita (Inquisição, conivência com os abusos de poder, opressão das consciências, tolerância de práticas sexuais perversas). Tem de pedir perdão e de reparar os males e perversidade que, assim, introduziu em muitos aspetos da prática religiosa.

O anedotário da homossexualidade dos padres e nos seminários existe como acusação justa contra nós, Igreja. Estas práticas são tão graves com as da Inquisição pelas quais o Papa João Paulo II pediu público perdão.

3. A Igreja produtora de normas de civilidade – uma história que nos compromete no combate pela civilidade sem impor normas

Recordemos que a comunidade crente é composta pelos discípulos do Jesus que escandalizou ao afirmar: “O sábado é para o homem e não o homem para o sábado”. Portanto: o Homem e o Amor, antes e mais importantes do que a norma. E agora o problema com que nos defrontamos é a norma, as normas, criada(s) pela própria Igreja.

Durante séculos a Igreja ditou normas para serem seguidas por toda a gente. Foi, nesse papel, fundamento da civilização europeia: organização social e princípios da lei moral. O Concílio IV Laterão (1215) decidiu propor leis gerais de carácter religioso para configurar uma civilização; por exemplo, os fiéis todos os anos eram obrigados a confessar-se e a comungar. Se não o fizessem seriam expulsos da comunidade. Não só da comunidade religiosa, mas também da civil. A Igreja impôs assim uma certa configuração à sociedade civil europeia. Mas a identidade entre leis civis e religiosas deixou de se poder manter quando a sociedade se autonomizou (ao longo do liberalismo) e quando nela passaram a existir comunidades de outras religiões. A igreja deixou de poder orientar a sociedade deste modo. Se a sociedade evolui de forma diferente, a pastoral tem também de ser diferente. Não se pode basear na exclusão, tem de se basear na misericórdia e na compaixão.

Na Igreja dos nossos dias maior problema do que as suas normas é o seu imenso e extensivo clericalismo: não faz sentido nenhum que os assuntos importantes da comunidade sejam discutidos e decididos por um grupo específico dos batizados: os clérigos.

“Há normas e modelos eclesiais que muitos católicos não aceitam, mas que eu sinto como decorrendo de forma muito clara da Bíblia.”

4. Não minorizar os católicos no capítulo do sexo, do amor, da família

Queremos ser uma Igreja menos tutora, menos julgadora de comportamentos sem entender o que está dentro destes. Uma Igreja que entenda o amor como responsabilidade a

construir na liberdade dos filhos de Deus e não assunto sobre o qual os cristãos são ignorantes e por isso minorizados, devendo impor-se-lhes regras universais de comportamento ditadas pelo magistério.

Os sínodos sobre a família deviam ter uma alta percentagem de participantes pais, mães, solteiros e solteiras para se poder refletir sobre a família tal e qual ela se vive.

5. “Regulares”, “Irregulares”?

Os conceitos do inquérito sobre de situações “regulares” e “irregulares”, não são conceitos, são preconceitos. Continuamos a usá-los para nos referirmos ao texto e subtexto do inquérito, mas são qualificativos de que não partilhamos. O que é a regularidade?

Porque é que uma pessoa viúva pode casar outra vez e uma que se separou não pode?

Por que razão há cada vez mais jovens que vivem juntos e são cada vez menos os jovens se casam?

“Como casal recasado sentimos muitas vezes um ambiente hostil em meios eclesiais. Quando vamos a encontros com casais ‘regulares’ é verdade que sentimos que para um casal recasado é muito difícil querer lá voltar.”

A Igreja não está preparada para acolher a relação a dois. Cuidar, acolher o amor de alguém é um mistério sobre o qual a Igreja fala, mas as comunidades não sabem o que fazer com a relação a dois.

Questões

a. Antropologia: que ideia temos do ser humano?

A experiência da comunhão inclusiva e o caminhar sempre renovado na sua direção é que constitui a referência antropológica dos cristãos, esse é o desafio que se coloca aos discípulos de Jesus.

Não temos respostas para tudo e há práticas e caminhos que nos interrogam sem termos certeza quanto a como nos posicionamos perante elas. Nestes casos devemos sempre impormo-nos um primeiro limite: a “não agressão” ao comportamento de terceiros, procurando respeitar, compreender, questionar.

O sentido da nossa vida é reconhecermos que o Amor vem de Deus e que a nossa vida é devolvê-lo a Deus através das relações com os nossos irmãos.

Nós (humanos) somos uns individualistas que gostamos de viver a dois.

b. Será que há uma lei natural?

Mas de onde vem essa relação tão antiga entre o Magistério e o conceito de Lei Natural? E haverá outras razões para se falar desta além da procura da garantia da reprodução da espécie, da transmissão de herança e da ordem social? O que é a lei natural mais do que aqueles princípios que culturalmente se convencionaram entender como naturais, princípios que variam com o tempo, a cultura e as tradições?

c. Devemos falar de Família ou de Famílias?

O que importa potenciar nas relações amorosas, na relação conjugal, é como elas são caminho de construção de intimidade comum e de respeito um pelo outro.

O plural “famílias” ajuda-nos a afirmar aquilo que sabemos e queremos sublinhar: não existe um modelo de família, existem vários. Basta sairmos do âmbito da cultura europeia para percebermos que estamos a falar de outras realidades quando falamos de família.

Família ou famílias estamos sempre perante uma construção social, pessoal e cultural, mas não perante uma resposta segura à questão da solidão.

A Igreja refuta a autonomia do indivíduo em sede da vida sexual, mas aceita o liberalismo económico – não haverá por aqui uma grande contradição?

“O casamento duplica as obrigações. Um segundo casamento quadriplica-as. Um segundo casamento é a vitória da esperança sobre a experiência.”

d. Como valorizamos a sexualidade?

Do ponto de vista eclesial, o que é mais definitivo é que nós testemunhamos quanto o amor entre pessoas do mesmo sexo, entre recasados e em famílias que não são o tal “modelo regular” é para nós sacramento. Quantas vezes esses amores, essas relações, são para nós mais fortes sinais do amor de Deus que os de muitíssimas “famílias-regulares”?

A esquizofrenia católica pode ser esquematizada assim: sexo é pecado, mas num golpe de mágica, deixa de o ser se for realizado entre duas pessoas de género diferente e casadas. Pode algo tão importante ser visto desta forma tão simplista?

A realização humana passa pela procura da expressão, na relação com o outro, do que vai dentro de mim. A possibilidade de permitir que cada um procure a sua autenticidade é, não só muito terapêutico, como o caminho que a Igreja deve seguir, pois é a partir daqui que faz sentido afirmar que se acredita na comunhão – esse acreditar é que está à prova.

A sexualidade no Amor é um caminho de respeito pelo outro que a Igreja deve valorizar pedindo às famílias que sejam sexualmente responsáveis e generosas perante a presença dos filhos a nascerem, mas com estratégias que possibilitam a arte de viver mais.

A sexualidade sem as afetividades e sem as linguagens não pode ser pensada com seriedade.

e. O cristianismo precisará de uma lei religiosa que tutele as famílias?

Não, não precisa, mas talvez precise do sacramento do divórcio que ajude as pessoas a separem-se bem e a se obrigarem a continuar a respeitar-se e a bendizer o tempo que viveram uma com a outra e tudo quanto construíram de bom nesse tempo.

Metanoia de Lisboa, janeiro de 2014